



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1. Há necessidade permanente de assegurar suporte logístico eficiente às atividades desenvolvidas pelas diversas Secretarias da Prefeitura, as quais demandam deslocamentos contínuos para o cumprimento de suas atribuições institucionais.

1.2. As ações administrativas e operacionais do município envolvem, de forma recorrente, atividades externas como fiscalizações, vistorias técnicas, acompanhamento de obras e serviços, transporte de equipes multidisciplinares, atendimento a demandas emergenciais, apoio a programas públicos, bem como o deslocamento para áreas urbanas e rurais, muitas vezes de difícil acesso. Tais atividades são essenciais à prestação de serviços públicos e não podem sofrer interrupções.

1.3. Verifica-se, ainda, que a atual estrutura de frota própria mostra-se insuficiente, onerosa ou inadequada para atender integralmente às demandas existentes, seja em razão de desgaste natural dos veículos, custos elevados de manutenção, obsolescência, indisponibilidade por reparos ou limitação quantitativa frente às necessidades crescentes da Administração.

1.4. Considera-se a necessidade de garantir a mobilidade e o deslocamento seguro e eficiente de pessoas, o presente estudo visa estabelecer a solução mais viável técnica e economicamente para a contratação de empresa especializada em locação de veículos coletivos, garantindo o cumprimento das obrigações legais e a qualidade no atendimento às demandas das secretarias municipais.

1.5. Ressalta-se que a indisponibilidade de veículos impacta diretamente a continuidade e a eficiência dos serviços prestados à população, podendo comprometer ações essenciais do município. Portanto, a contratação pretendida mostra-se necessária para garantir a regularidade, eficiência e continuidade dos serviços públicos, atendendo ao interesse público e aos princípios da administração pública, especialmente os da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

2. PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRAÇÕES

2.1. A Administração Pública está em processo de adequação à nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 14.133/2021), que alterou significativamente o regime jurídico das contratações públicas, portanto o PCA ainda está em fase de elaboração para posterior publicação.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. No início da execução da ata, a empresa deve apresentar a documentação referente a todas as exigências dos órgãos de trânsito tais como: CRLV, Seguro Obrigatório, IPVA do



exercício vigente e anos anteriores e registros obrigatórios, sendo que tais documentos serão solicitados, conferidos e analisados pelos fiscais da ata, para verificação do atendimento às exigências estabelecidas..

3.2. Os veículos deverão possuir seguro vigente em casos de furtos, roubos, colisão danos a terceiros.

3.3. SUSTENTABILIDADE

3.3.1. A CONTRATADA deverá observar, na execução do objeto, os princípios da sustentabilidade ambiental, social e econômica, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e as diretrizes do Guia de Contratações Sustentáveis do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, neste caso foram observados os seguintes aspectos:

-Sustentabilidade Social - Proteção e Segurança: A exigência de contratação de seguro para os veículos utilizados na execução contratual contribui para a mitigação de riscos e para a proteção dos trabalhadores, usuários e terceiros envolvidos, promovendo maior segurança nas operações e reforçando a responsabilidade social na prestação dos serviços.

- Sustentabilidade Econômica - Eficiência Operacional: A exigência de veículos com menor tempo de fabricação (Ano/modelo do veículo com no máximo 2 anos de fabricação) justifica-se pela redução de custos com manutenção, menor incidência de falhas mecânicas e maior disponibilidade operacional, evitando interrupções na prestação dos serviços e garantindo a continuidade e qualidade da execução contratual.

3.3.2. Ressalta-se que a fiscalização do cumprimento dos critérios acima caberá ao fiscal da Ata, não implicando tais medidas restrição à competitividade do certame, tratando-se de práticas usuais de mercado e de fácil cumprimento pelas empresas do ramo.

3.4. SUBCONTRATAÇÃO

3.4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

3.5. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

3.5.1. Nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/21, a Administração opta por não exigir garantia de execução, considerando a natureza do objeto.

3.6. DA VEDAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE MARCA OU PRODUTO

3.6.1. Não se aplica para esta contratação

4 . LEVANTAMENTO DE MERCADO

4.1 .Para atendimento da necessidade, foram avaliadas diferentes soluções sob os aspectos técnico, operacional, econômico e administrativo, conforme segue:

4.2. Utilização de frota própria com motorista da Administração:

Consiste na utilização dos veículos pertencentes à Administração, conduzidos por servidores públicos.



Vantagens:

- Maior controle sobre a operação;
- Potencial redução de custos;
- Motoristas já integrados à rotina.

Desvantagens:

- Frota insuficiente para atender a demanda;
- Custos de manutenção e reposição;
- Risco de indisponibilidade.

Conclusão parcial:

- Alternativa eficiente, porém limitada pela insuficiência da frota.

4.3. Contratação de empresa para locação de veículos com motorista da Administração:

Consiste na locação de veículos de terceiros, sendo conduzidos por motoristas da Administração.

Vantagens:

- Ampliação da capacidade operacional;
- Manutenção sob responsabilidade da contratada;
- Manutenção do controle operacional.

Desvantagens:

- Custos contínuos de locação;
- Dependência contratual;
- Necessidade de fiscalização.

Conclusão parcial:

- Alternativa equilibrada, conciliando controle e ampliação da capacidade.

4.4. Contratação de empresa especializada com veículos e motoristas:

Consiste na contratação de empresa que fornece veículos e motoristas.

Vantagens:

- Solução completa;
- Redução da carga administrativa;
- Flexibilidade.

Desvantagens:

- Menor controle da Administração;
- Custos mais elevados;
- Dependência da qualidade da contratada.

Conclusão parcial:

- Alternativa prática, porém com menor controle e maior custo.



4.5. CONCLUSÃO FINAL

4.5.1. Após a análise comparativa das alternativas apresentadas, verifica-se que a contratação de empresa para locação de veículos com utilização de motoristas da Administração se mostra a solução mais adequada para atender, de forma eficiente e equilibrada, às necessidades do Município.

4.5.2. Essa alternativa permite suprir a insuficiência da frota própria, ampliando a capacidade operacional sem a necessidade de investimentos elevados na aquisição de novos veículos, o que impactaria diretamente o orçamento com custos de capital, depreciação e ociosidade futura. Ao mesmo tempo, mantém o controle operacional sob a Administração Pública, uma vez que os condutores permanecem sendo servidores, já alinhados às rotinas, normas e interesses institucionais.

4.5.3. Além disso, a transferência das responsabilidades de manutenção preventiva e corretiva para a contratada reduz significativamente os encargos administrativos e operacionais do Município, mitigando riscos de indisponibilidade e garantindo maior continuidade na prestação dos serviços. Tal modelo também proporciona maior previsibilidade orçamentária, ao concentrar os custos em contratos definidos, facilitando o planejamento e a gestão financeira.

4.5.4. Embora envolva custos contínuos de locação, estes se mostram justificáveis diante dos benefícios operacionais, da redução de riscos e da eliminação de despesas indiretas associadas à gestão de frota própria.

4.5.5. Dessa forma, conclui-se que a solução proposta representa a melhor relação entre custo, eficiência operacional e controle administrativo, sendo, portanto, a alternativa mais vantajosa e recomendada para a Administração Pública no presente caso.

5. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES E DESCRIÇÕES DOS SERVIÇOS

5.1. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

5.1.1. Os quantitativos estimados para a contratação pretendida têm como parâmetros o histórico de consumo (processo licitatório homologado no último ano) e a demanda das Secretarias participantes, as quais necessitam dos serviços para realizarem seus trabalhos.

5.1.2. As quantidades demandadas pelas Secretarias encontram-se descritas no ANEXO 01.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1. A pesquisa de preços foi realizada em conformidade com a IN 65/2021 (inciso III do art. 5º), e foi utilizado para cotação o Painel de Preços do site <https://www.bancodeprecos.com.br/>, adotando-se como cálculo a média aritmética dos preços obtidos.

6.2. O Relatório de Cotação extraído da referida plataforma, encontra-se anexado ao Termo de Referência.



6.3. Dessa forma, considerando as quantidades pretendidas, a aquisição terá o valor estimado de: **R\$ 1.922.984,88 (um milhão, novecentos e vinte e dois mil, novecentos e oitenta e quatro reais e oitenta e oito centavos).**

6.4. As memórias de cálculo e os documentos que dão suporte à estimativa estão presentes neste Termo de Referência.

6.5. No preço proposto já deverão estar incluídos todos os custos necessários para o cumprimento do objeto da licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. Opta-se pela contratação de empresa para a prestação de serviços de locação mensal de veículos automotores com manutenção preventiva, corretiva e seguro, de forma parcelada, pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor preço por Lote.

7.2. Pretende-se de forma integrada, gerar resultados que atendam às necessidades definidas nos documentos de formalização de demanda (DFD's) apresentados por cada área requisitante, os quais podemos enumerar: a do objeto pretendido dentro do prazo estipulado, cumprimento do prazo de garantia para a substituição dos serviços que não estejam de acordo com o solicitado, disponibilização de todos os serviços nas quantidades estimadas e qualidade exigida e prevista, adoção de boas práticas de sustentabilidade por parte da contratada e atendimento dos requisitos com eficiência, de modo a não provocar atrasos ou impedimentos na realização dos serviços públicos em cada setor da Prefeitura Municipal ou prejuízos à Administração Pública Municipal.

7.3. O Pregão Eletrônico promove a ampla participação de fornecedores, permitindo um maior número de propostas e, conseqüentemente, aumentando a competitividade. Essa ampla concorrência tende a resultar em melhores preços e condições para a Administração Pública.

7.4. A escolha pelo Sistema de Registro de Preços dá-se em virtude da possibilidade de contratação de quantidades conforme as demandas durante o período de vigência da Ata, pois que o SRP também é um instrumento eficaz de controle de gastos uma vez que a Administração não é obrigada a contratar os itens registrados, o que lhe garante autonomia para melhor adequação na contenção de gastos.

7.5. A adoção do critério de julgamento Menor Preço por Lote justifica-se pela natureza dos serviços e pela necessidade de garantir padronização, continuidade operacional e eficiência administrativa. Quanto ao objeto da contratação, embora possam ser descritos individualmente, são complementares entre si e integram um conjunto único de prestação de serviços.



7.6. Esta solução contempla a eventual e futura contratação de empresa para a prestação de serviços de locação mensal de veículos automotores, sem fornecimento de mão de obra de condutor, incluindo a disponibilização contínua dos veículos, manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, assistência técnica, substituição de veículos em caso de indisponibilidade e cobertura securitária total.

7.7. A solução abrange veículos em plenas condições de uso, devidamente licenciados, regularizados e aptos à circulação, atendendo às normas de trânsito vigentes, bem como às exigências de segurança e qualidade necessárias à adequada execução dos serviços públicos.

7.8. A contratação prevê a disponibilização dos veículos conforme a demanda das Secretarias, permitindo flexibilidade na alocação e utilização, de acordo com as necessidades operacionais, assegurando eficiência logística e otimização dos recursos públicos.

7.9. A solução proposta visa eliminar a necessidade de aquisição de frota própria, reduzindo custos com imobilização de capital, depreciação, manutenção direta e gestão administrativa, ao mesmo tempo em que assegura maior previsibilidade orçamentária e continuidade na prestação dos serviços.

Dessa forma, a solução como um todo atende às demandas institucionais do município, garantindo suporte logístico adequado, segurança, eficiência operacional e economicidade na utilização dos recursos públicos.

7.10. A contratação dar-se-á de acordo com a necessidade de cada unidade requisitante, através de seus fiscais, que emitirão autorizações de fornecimento conforme demanda, e as entregas serão realizadas diretamente no local indicado por cada fiscal, no prazo estipulado pela contratante a contar da emissão/envio da Autorização de Fornecimento.

7.11. Todos os elementos elencados possibilitam que a contratação produza os efeitos pretendidos de forma satisfatória para a Administração.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1. A contratação será realizada em lote único, tendo em vista as características do objeto, que demandam padronização, integração operacional e gestão unificada dos serviços.

8.2. A eventual divisão do objeto em múltiplos lotes ou itens poderia acarretar prejuízos à Administração, tais como: dificuldade na coordenação das atividades, aumento do risco de descontinuidade dos serviços, conflitos operacionais entre diferentes contratadas, além da elevação dos custos administrativos relacionados à gestão e fiscalização contratual.

8.3. A execução por uma única contratada favorece o controle da qualidade dos serviços, a responsabilização direta por eventuais falhas e a otimização da logística operacional, fatores essenciais para a adequada prestação do serviço.



8.4. Ressalta-se, ainda, que o mercado fornecedor demonstra capacidade para atender ao objeto de forma integral, não havendo prejuízo à competitividade do certame.

8.5. Dessa forma, conclui-se que o não parcelamento da contratação, com a adoção de lote único, mostra-se tecnicamente e economicamente mais vantajoso, atendendo ao interesse público e aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1. A presente contratação tem como objetivo a locação mensal de veículos automotores, incluindo manutenção preventiva, corretiva e seguro, visando atender às necessidades operacionais da Administração Pública de forma contínua, eficiente e economicamente vantajosa.

9.2. Com a contratação, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

- Garantir a disponibilidade contínua de veículos em condições adequadas de uso, assegurando a continuidade dos serviços públicos;
- Reduzir custos com aquisição de frota própria, bem como despesas com manutenção, depreciação e gestão de veículos;
- Transferir à contratada os riscos e responsabilidades relacionados à manutenção, seguro e eventuais sinistros;
- Proporcionar maior eficiência na gestão da frota, com veículos sempre revisados e em conformidade com a legislação vigente;
- Otimizar os recursos públicos, promovendo economicidade e melhor alocação orçamentária;
- Minimizar interrupções nos serviços em razão de falhas mecânicas, por meio da manutenção preventiva e corretiva inclusa;
- Assegurar maior previsibilidade dos gastos, com custos mensais fixos e previamente definidos.
- Flexibilidade na execução do serviço, possibilitando o atendimento sob demanda, conforme necessidade da Administração;

9.3. Como resultado final, espera-se que a contratação proporcione eficiência, economicidade, segurança e regularidade na prestação dos serviços de locação de transportes, atendendo plenamente ao interesse público e às necessidades institucionais.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS.

10.1. Para esta solução não há necessidade de ajustes de qualquer natureza, adotados pela Administração.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATO-INTERDEPENDENTES

11.1. Não há contratações correlatas ou interdependentes para esta contratação.



12. IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1. Não há impactos ambientais consideráveis para esta contratação.

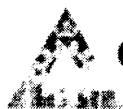
13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

13.1. O presente estudo levantou os elementos essenciais que irão compor o Termo de Referência e demonstrou ser viável a contratação pretendida, cabendo ressaltar que os riscos envolvidos são administráveis e os custos previstos são compatíveis e se caracterizam pela economicidade.

14. ANÁLISE DE RISCO

ESCALA DE NÍVEL DE RISCO	
NÍVEIS	PONTUAÇÃO
RISCO CRÍTICO	≤ 25 (maior igual a quinze e menor igual a 25)
RISCO ALTO	$= 12$ (maior igual a 8 e menor igual a 12)
RISCO MODERADO	$= 6$ (maior igual a 4 e menor igual a 6)
RISCO BAIXO	$= 3$ (maior igual a 1 e menor igual a 3).

Nº	NÍVEL DE RISCO	DESCRIÇÃO DO RISCO	AÇÃO PREVENTIVA / MITIGADORA	ETAPA DA CONTRATAÇÃO / RESPONSÁVEL
1	Alto	Contratação de empresa sem capacidade técnica comprovada	Exigir atestados de capacidade técnica e regularidade	Planejamento / Setor de Compras
2	Alto	Acidentes durante a prestação do serviço	Exigir seguros obrigatórios	Execução Contratual / Contratada
3	Médio	Atrasos na prestação dos serviços	Prever prazos realistas, aplicar penalidades contratuais e acompanhar o cronograma de execução	Execução Contratual / Fiscal do Contrato
4	Médio	Interrupção dos	Exigir	Execução /



		serviços em decorrência de falhas mecânicas nos veículos locados	manutenção e reparo dos veículos e substituição de veículo em caso de indisponibilidade	Contratada e Fiscal do Contrato
5	Baixo	Erro na estimativa de consumo, resultando em falta dos	Utilizar histórico de consumo atualizado.	Planejamento / Setor de Compras

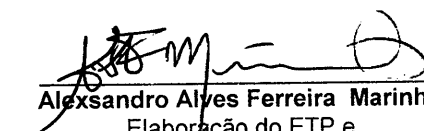
14.1. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DE RISCOS

14.1.1. Diante da análise realizada, verifica-se que os riscos identificados no presente processo de contratação — tais como a eventual contratação de empresa sem capacidade técnica comprovada, a ocorrência de acidentes durante a prestação dos serviços, atrasos na execução contratual, interrupções decorrentes de falhas mecânicas nos veículos e possíveis inconsistências na estimativa de consumo — são plenamente conhecidos, previsíveis e administráveis no contexto da Administração Pública.

14.1.2. Observa-se que, para todos os riscos mapeados, foram definidas medidas preventivas e mitigadoras adequadas, tais como a exigência de qualificação técnica, contratação de seguros, estabelecimento de prazos e penalidades, obrigatoriedade de manutenção e substituição de veículos, bem como a utilização de dados históricos para aprimoramento do planejamento.

14.1.3. A atuação integrada entre os setores responsáveis, especialmente o planejamento, a gestão e a fiscalização contratual, contribui significativamente para o monitoramento contínuo e o controle eficaz desses riscos, reduzindo a probabilidade de ocorrência e minimizando eventuais impactos.

14.1.4. Dessa forma, conclui-se que o nível de risco associado à contratação encontra-se dentro de padrões aceitáveis, não havendo óbice à sua realização, desde que observadas as medidas de controle estabelecidas. A contratação mostra-se, portanto, viável, segura e alinhada aos princípios da eficiência, continuidade do serviço público e interesse público.


Alexsandro Alves Ferreira Marinho
Elaboração do ETP e
Análise de Riscos



ANEXO 01 – DEMANDAS SECRETARIAS

ITEM	DESCRIÇÃO	SAUDE	ESPORTES	GABIN	CULT	FAZENDA	ADM	SEDESC	TOTAL
1	Locação mensal de veículo automotor, motor no mínimo 1.0, 5 portas, câmbio manual.	20		1	1	2	1	1	26
2	Locação mensal de veículo automotor minivan, motor no mínimo 1.8, 5 portas, câmbio manual	4					1	1	6
3	Locação mensal de Veículo Automotor - Picape Diesel 4x4	1	1	1			1	1	5



Alessandro Alves Ferreira Marinho

Elaboração do ETP e
Termo de Referência